



ENSINO E CURRÍCULO EM ADMINISTRAÇÃO: A OPÇÃO BRASILEIRA

TEACHING AND CURRICULUM IN MANAGEMENT: THE BRAZILIAN CHOICE

DENISE ANDRADE RIBEIRO, MSc.
NPGA - UFBA
deniserib@gmail.com

ANA RITA SILVA SACRAMENTO, MSc.
NPGA - UFBA
anasacramentos@hotmail.com

RESUMO

Reconhecendo que a complexa discussão relacionada ao conteúdo do currículo adotado nos cursos de Administração deve estar presente nos espaços que fomentam debates sobre temas relativos ao ensino na área, o artigo objetiva avançar na discussão sobre os caminhos que o ensino de administração tomou no Brasil, ao longo do tempo. No intuito de atingir tal objetivo traz algumas reflexões relativas ao percurso que o ensino de administração no país trilhou, desde o momento da sua oferta, ainda nos anos 50, até os dias atuais; tais reflexões são ainda complementadas com algumas considerações relativas às alternativas teóricas de concepção curricular no geral e, a sua possível aplicabilidade, especificamente, nos cursos de administração, havendo ainda uma breve análise crítica da legislação educacional voltada ao ensino de administração, a partir da introdução do currículo mínimo. Mais do que considerações finais, entende-se que devem ser trazidos questionamentos à comunidade acadêmica e de pesquisa visando motivá-la à discussão mais aprofundada em relação aos diferentes porquês da hegemonia da presença de um ensino de administração ferramental e pouco crítico no país; bem como incentivá-la a buscar propostas para superar esta lacuna na formação do administrador brasileiro.

Palavras-Chave: Ensino de Administração; Currículo de Administração; Ensino Crítico e Ferramental.

ABSTRACT

Recognizing that the complex discussion about the curriculums adopted in higher education of management must be present in the forums intended to stimulate reflections about this matter and other similar, this paper aims to provide some contributions for better understanding of the management teaching in the Brazil along the time. In order to achieve this goal, this work brings some reflections concern to the trajectory of the management teaching in this country since its firsts moments, yet around 1950, until the nowadays. Such reflections are complemented with some considerations relates to curricular theoretical conceptions in general ways and its possible applicability in field of management teaching. In addition, we accomplish a critical analysis of the legal framework that supports the management teaching, since the origins of the so called curriculum minimum. As results, we conclude that more reflections are necessities among researches and in the academic community, in general, in order to achieve a better understanding about the predominance of the management teaching as a practical tool and with weak critical intonation. Finally, we hope this paper can motivates those actors in the search of ways to solve this problem associated to management teaching in the Brazil.

Key-Words: Teaching Management; Curriculum in Management; Critical and Instrumental Teaching.

1 INTRODUÇÃO

A história do ensino de administração tem início a partir dos trabalhos seminais realizados por Frederick Taylor, nos Estados Unidos, e Henri Fayol, na França, trabalhos esses que se constituem nos principais argumentos utilizados por tais países para a reivindicação da paternidade do ensino de administração, sob a perspectiva instrumental e voltada ao atendimento das necessidades do mercado. Não se pode, porém esquecer, que o crescimento do ensino de administração relaciona-se fortemente ao aumento da importância do capitalismo a partir do começo do século XX e a consolidação dos Estados Unidos como potência hegemônica e mais representativa deste mesmo sistema (BERTERO, 2006; FISCHER, 2003; PRESTES MOTA, 1983 e 1986; SILVA, 2007).

Ainda de acordo com Bertero (2006), este país foi o precursor na oferta formal de cursos em administração, pois a Europa, apesar de abrigar as idéias de Fayol, teve maior resistência à implantação destes cursos, tendo em vista a estrutura conservadora das suas antigas e tradicionais universidades; com isto a oferta de cursos de administração neste continente somente se tornou uma realidade após o término da Segunda Guerra Mundial. Tendo em vista o caráter de pioneirismo do ensino de administração norte-americano, de acordo com alguns estudiosos da área este país, a exemplo do que já acontecia com diversos setores industriais fortes na sua economia, passou a exportar seu modelo de ensino de administração para outras nações ao redor do mundo, dentre eles o Brasil.

A consolidação do ensino formal de administração no país, também ocorreu a partir de convênios firmados com os Estados Unidos, tanto em nível de formação de professores no exterior, quanto no que se refere à reprodução de currículos diretamente importados deste país, implantados sem maiores adaptações. As duas experiências nacionais pioneiras foram: a Fundação Getúlio Vargas (FGV) - a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), criada em 1952, e a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), fundada dois anos depois. Com a continuidade da adoção deste modelo, o Brasil se consolidou como um dos países que mais receberam ajuda estadunidense, ajuda esta legitimada pelos princípios desenvolvimentistas difundidos nacional e internacionalmente nas décadas de 40 e 50 (FISCHER, 1984; BERTERO, 2006).

Entretanto, esta influência americana no ensino de administração através da importação de modelos internacionais sem maiores vínculos com a realidade do país, de acordo com Fischer (2003) e Paes de Paula (2007), começou a ser questionada por “radicais críticos como Maurício Tragtenberg e culturalistas como Alberto Guerreiro Ramos já na década de 70” (Fischer, 2003, p.09). Estes autores, juntamente com Fernando Prestes Motta, são reconhecidos, por Vieira e Caldas (2007) e Paes de Paula (2008), como os pioneiros da teoria crítica na área de administração no Brasil. Consoante com estes precursores, Aktouf (2005), Fischer (2003) e Santos (2004), dentre outros, cientes da necessidade da formação de administradores portadores de um pensamento crítico, reconhecem que realidades distintas demandam ações administrativas distintas, motivo pelo qual o ensino de administração deve contemplar disciplinas que despertem os graduandos para o papel de transformador da realidade social na qual estão inseridos.

Depreende-se assim que, se quando do início do ensino brasileiro de administração, a adoção do modelo estadunidense foi condição necessária a fim de se evitar maior demora nesta implantação, tal importância reduz-

se com o correr do tempo, em função de um olhar que sinaliza para um horizonte da administração muito mais amplo do que aquele ferramental concebido por seus fundadores.

Apesar dos esforços empreendidos pelos estudiosos críticos, inclusive os brasileiros anteriormente citados, atualmente as “ondas colonizadoras continuam sendo reproduzidas no Brasil, embora com outra abrangência e foco, as quais contam com adesão e mesmo cumplicidade de professores brasileiros” (FISCHER, 2003, p.8), profissionais estes que assumem um papel de fundamental importância na formação do futuro profissional de administração. De fato, alguns estudos realizados mais recentemente sobre a estrutura curricular adotada nas instituições de ensino superior que ofertam o curso de graduação em administração, a exemplo de Fischer (2003), Nicolini (2003), Silva (2007) e; Craide, *et alli* (2009), evidenciam que, de maneira geral, os aspectos ferramentais e direcionados a atender às demandas do mercado, continuam sendo priorizados pelas diferentes instituições, sendo que esta opção ocorre em detrimento da perspectiva da natureza transformadora e crítica da administração.

Diante do até aqui exposto, e considerando que a complexidade envolvida nesta questão deve estar presente nos espaços que fomentam debates sobre temas relacionados ao ensino de administração no país, este artigo tem por objetivo discutir os possíveis caminhos que o ensino de administração pode vir a tomar no Brasil, a partir da apresentação da visão de alguns teóricos nacionais e internacionais que se contrapõem ao seu foco meramente instrumental.

Além desta introdução este artigo é formado por mais três seções. Inicialmente são resgatadas na literatura especializada, de acordo com esse paradigma não hegemônico na Administração, reflexões sobre a ação humana no processo de transformação da sociedade. Com este objetivo, e como forma de contextualizar o objeto do artigo, prossegue-se discutindo a importância dos componentes curriculares do ensino em Administração no que se refere a sua capacidade de formar profissionais aptos a agir em prol desta transformação e, finalmente são trazidas algumas considerações finais retomando a reflexão originalmente colocada.

2 ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL: TRILHANDO SEUS CAMINHOS

Conforme afirmado anteriormente, o ensino de graduação em administração no Brasil institucionalizou-se na década de 50 sob a assistência técnica e adoção do modelo norte-americano. Os primeiros debates sobre o que ensinar em Administração e Organizações no Brasil foram travados por brasileiros formados em mestrados realizados nas universidades de *Southern Califórnia* e *Michigan State*. Destaca também que, na consecução do pretendido projeto, o plano enfatizava a necessidade de se formarem professores de administração pública e de empresas com vistas a "prover suficiente número de técnicos competentes às repartições públicas e privadas" (FISCHER, 2006, p. 81). Para tanto, e de acordo com Bertero (2006, p.8), os grandes eixos para a formação do administrador que direcionaram os primeiros cursos de graduação implantados no Brasil foram o fundamento nas ciências sociais e a ênfase na administração como profissão modernizadora. Admite ainda este autor, que a busca por tal formação buscava evitar que o curso de graduação em administração se tornasse puramente instrumental e sem consciência da importância deste profissional para o desenvolvimento do país. Não obstante, conforme pode ser verificado na literatura especializada, tal intento não foi alcançado.

Uma das razões para este fracasso pode ser encontrada na análise realizada por Prestes Motta (1983) sobre a gênese do processo de implantação da perspectiva estadunidense do ensino de administração no Brasil. Para ele, embora, inicialmente, se notasse a preocupação em fornecer ao administrador uma formação baseada nas ciências humanas, esta formação priorizou a vocação instrumental direcionando-se ao atendimento das especificidades espelhadas nas diversas áreas funcionais das organizações. Esta opção se deu em detrimento da busca pelo desenvolvimento de uma percepção crítica, fundamental e necessária à compreensão e avaliação da realidade social na qual este profissional atua.

Outra razão para esta realidade presente no ensino nacional de administração, ainda com base neste último autor, é o fato de que, naquela época, não se vislumbrava a possibilidade de que o sistema capitalista pudesse vir a entrar em crise, conforme posteriormente verificado. Longe disso, a convicção reinante nos programas norte americanos de administração, era de que o desenvolvimento deste sistema conduziria de forma inexorável à obtenção de benefícios sociais amplos, benefícios estes que contemplariam todos os segmentos da sociedade. Essa análise feita por Prestes Motta (1983) encontra sua ancoragem conceitual na teoria crítica da administração a qual, conforme Vieira e Caldas (2007) e Paes de Paula (2008) tem como precursores no Brasil, além do próprio Prestes Motta, Alberto Guerreiro Ramos e Mauricio Tragtenberg.

Com base nestes estudiosos distinguem-se dois princípios básicos dessa teoria; o primeiro encontra-se relacionado à sua orientação à emancipação do homem na sociedade; neste sentido, advoga a importância do papel da ação humana, não apenas no sentido de buscar compreender o mundo, mas direcionando seus esforços na busca pela sua efetiva transformação. O outro princípio relaciona-se à manutenção do comportamento crítico frente ao comportamento hegemônico existentes, tendo em vista que nessa perspectiva não é possível se conformar com o que é dado como única descrição do real (VIEIRA E CALDAS, 2007, p.296).

Em resumo, a teoria desenvolvida por esses autores postula que não basta evidenciar como as coisas são; é fundamental identificar as possibilidades não realizadas pelo mundo social, agindo no sentido de concretizá-las. Tal postulado é adotado em estudos posteriores aos dos autores citados, os quais destacam o papel político da administração nos marcos do capitalismo. Vale aqui destacar, que o papel das teorias administrativas no sistema capitalista é crucial no pensamento desses teóricos. Em Guerreiro Ramos (1981 e 1984), tal concepção ganha destaque a partir da pressuposição de as diferentes teorias administrativas convencionais não têm mais como apresentar justificativas cabíveis à racionalidade funcional da organização, como faziam desde quando o problema social fundamental podia ser resumido como a necessidade de superação da escassez dos bens materiais e serviços básicos, uma vez que as carências básicas contemporâneas não se relacionam mais com a simples sobrevivência.

Já de acordo com Tragtenberg (1974 e 1980), torna-se imperativa a necessidade de se joguem luzes sobre os aspectos ideológicos das teorias administrativas oriundas das Escolas Clássica e das Relações Humanas, teorias estas hegemônicas na área por longo período de tempo. Afirma este autor, que a formulação destas duas teorias baseou-se na busca pela harmonização das históricas tensões existentes entre capital e trabalho, sendo este caminho trilhado a partir da dissimulação do conflito existente entre estes interesses distintos e conflitantes.

Sobre este aspecto, vale ressaltar que quando Fayol descreveu a administração, o fez no sentido de formar uma doutrina, ou melhor, uma ideologia dos grandes dirigentes; ideologia esta, “adotada pela grande maioria dos patrões e das escolas” (Aktouf, 2005, p. 152). Paes de Paula (2000) ao revisitar o pensamento de Tragtenberg, demonstra que as teorias administrativas mais recentes, a exemplo do toyotismo, podem ser vistas

como legítimas herdeiras das antigas escolas de administração e do modelo burocrático de organização, reproduzindo de forma sistemática os métodos funcionalistas, as estratégias redutoras de conflitos e as formas de dominação do capital sobre o trabalho.

Aprofundando um pouco a concepção de Guerreiro Ramos sobre o ensino de administração no país, tem-se desde o início dos anos 60, a preocupação deste estudioso com a presença de um ensino nacional voltado e restrito à simples reprodução de conceitos elaborados por autores estrangeiros, preocupação que surgiu originalmente nos seus trabalhos voltados ao ensino de sociologia. A adoção desta opção faz com que não seja contemplada, em momento algum a realidade sócio-econômica do Brasil, realidade esta, bastante diversa da existente nos países tradicionalmente “exportadores” de modelos de ensino.

Nesse sentido, o trabalho de Guerreiro Ramos, de acordo com Oliveira e Ferreira (2006), evolui a fim de propor a construção de um ensino baseado no conhecimento vinculado à realidade mais ampla na qual se encontra inserido, não sendo possível assim a continuidade da adoção da repetição de conceitos importados, tendo em vista a necessidade cada vez maior de vinculação do ensino à cultura e à realidade nacional.

Visando a proposta da construção de uma nova forma de ensino, Guerreiro Ramos (1981) introduz o conceito de redução sociológica como um método de natureza crítico-assimilativa, que deve basear todo o trabalho do profissional que tenha consciência da importância da sua inserção na sua realidade social de atuação. Desta forma, o método da redução sociológica pode ser definido, a partir de Guerreiro Ramos (1981) *apud* Paes de Paula (2007) como a conjunção de três fatores de natureza complementar:

- a) um método para a assimilação crítica da cultura e produção sociológica estrangeira;
- b) uma atitude parentética, isto é, um adestramento cultural do indivíduo para habilitá-lo, a transcender no limite do possível, as pressões sociais organizadas que mais significam as condutas impedindo a autonomia e a livre expressão;
- c) uma superação da sociologia nos termos institucionais e universitários em que se encontra (PAES de PAULA, 2007, p.173).

Igual preocupação com a emancipação humana também é trazida por Santos (2004), ao admitir que no estágio atual da ciência e da técnica, o bem-estar pleno da humanidade já não pode mais ser visto como uma tarefa hercúlea tendo em vista as condições materiais atuais. Alerta, porém para a necessidade de o Estado se instrumentalizar, no sentido de executar um projeto-nação que viabilize o bem-estar coletivo; esta ação do Estado se constitui a essência do que este autor designa por Administração Política. Desta forma, caberia à administração política elucidar as formas alternativas do “como” fazer, pela concepção do modelo de gestão para se atingir seus objetivos finais.

De forma bastante semelhante, segundo Bobbio (1986) e Santos e Ribeiro (1993), a Administração Política encontra sua fundamentação teórica na concepção de que o processo de desenvolvimento capitalista requer a transformação no modo de conceber e operacionalizar a ação administrativa; em outras palavras, conforme se intensifica o papel do Estado no processo do desenvolvimento de um determinado país, cresce a exigência por uma postura administrativa que seja capaz de posicionar em níveis ideais, as distintas funções organizativas. Assim, esta visão mais ampla dos reais limites e do alcance da administração corrobora o pensamento de que “atualmente não é suficiente gerir as organizações: é necessário dirigir a sociedade total” (GUERREIRO RAMOS, 1984, p.10).

Tais perspectivas reforçam a concepção trazida por Aktouf (2005), de que não é mais viável nos dias de hoje o ensino de administração baseado na simples reprodução de modelos conhecidos e conformistas,

desvinculados da realidade na qual se dá tal oferta. Posição semelhante também se encontra em Kliksberg (1988) quando afirma que “a América Latina requer gerentes aptos à construção de sociedades que possam enfrentar a crise e garantir a democracia” (IDEM, p.81).

De igual modo, Fachin (1989), a partir dos resultados encontrados no trabalho realizado por Hofstede em 1983, pontua em concordância com os outros dois autores, que o modelo “exportador” de ensino de administração não é mais adequado, uma vez que filosofia e técnicas gerenciais úteis em uma dada realidade e cultura, não são, obrigatoriamente, pertinentes a realidades e culturas distintas.

Já Martins (1997), inspirado em Guerreiro Ramos, propõe a “redução” da utilização do conhecimento administrativo gerado nos centros mais avançados e, o desenvolvimento de um modelo brasileiro de administração. Também segundo ele, o projeto de transpor modelos daqueles centros não se voltou efetivamente à identificação de realidade local, desconsiderando a história da formação social do Brasil em função de um novo projeto de nação. Na verdade, esta opção limitou-se a concentrar esforços na criação de práticas administrativas racionais e competentes, replicando ferramentas e modelos de ensino criados a partir de realidades em muito distintas, daquela encontrada no Brasil.

Como se vê, à luz dessa teoria não hegemônica, a formação tradicionalmente oferecida ao administrador no Brasil é insuficiente para municiá-lo de um olhar crítico que contemple as diferentes dimensões da realidade na qual está inserido; com isto este profissional não se torna capaz de atuar na busca pelo rompimento dos obstáculos existentes à transformação desta realidade. Neste sentido, a compreensão da existência da necessidade de se ampliar os horizontes destes profissionais para campos mais abrangentes do que os organizacionais, demanda novos desenhos curriculares, distintos daqueles encontrados na realidade nacional.

De acordo com o que afirma Kliksberg (1988), o domínio das ciências que expliquem o contexto organizacional, como História Econômica e Social, Economia e Sociologia, é ferramenta vital à compreensão do contexto contemporâneo. Ribeiro (2006), também ressalta a necessidade da adoção de um suporte teórico sólido, suporte este que favoreça a construção de uma formação com características humanísticas e mais abrangente, tomando ainda por base, o contexto social no qual ocorre. Esta formação não ferramental e ancorada na realidade deve substituir a perspectiva dominante nos cursos brasileiros, de se formar administradores tecnicistas e sem visão crítica. Ao serem contemplados estes aspectos, torna-se possível a colaboração com a formação de profissionais dotados de conteúdos críticos e/ou aplicados à realidade brasileira, demanda fundamental à realidade nacional, como sinalizado por Prestes Motta (1983) em trabalho no qual analisa a eficiência do ensino de administração nas instituições brasileiras.

Aktouf (2005) corrobora esta idéia, pontuando que as instituições devem ter como preocupação fundamental em seus cursos de graduação e pós-graduação em administração, a formação de profissionais e pesquisadores capazes de atuar como agentes de mudanças e não como simples replicadores de ferramentas ou executores de tarefas. Admitindo que Fayol já reconhecesse a necessidade da formação de administradores dotados negligenciam propositadamente tal aspecto, uma vez que o estímulo a estes “questionamentos, inquietudes, angústias, rediscussões que podem frear a ação, contrariamente aos cálculos e à inteligência artificial que são muito mais valorizados” (IDEM, p.154).

Pode-se assim concluir, que o novo modelo de ensino de administração proposto pelos estudiosos alinhados com essa nova concepção, contrapõe-se frontalmente ao que se vivencia na realidade brasileira. Sendo talvez este contraponto em muito reforçado pela necessidade de que sejam evitados a qualquer custo,

questionamentos que poderiam levar à implantação de mudanças, quebrando a inércia tão cômoda às instituições e aos professores, muitas vezes desejosos da continuidade do processo em curso, visando garantir seu *status quo*.

Finalizando-se esta parte do artigo e sob uma perspectiva mais aplicada a qual reforça as questões até então postas, não podem deixar de se trazer as considerações apresentadas em diversos trabalhos elaborados por pesquisadores da área, relativos aos principais referenciais teóricos utilizados no campo da Administração, em tempos recentes. Neste sentido, Caldas, Tonelli e Lacombe (2002); Loiola e Bastos (2003); Caldas e Tinoco (2004); Camargos, Coutinho e Amaral (2005); Sampaio e Perin (2006), Silva e Fadul (2008), Ribeiro (2009) dentre outros trazem dados relativos à produção acadêmica nacional em diferentes áreas do conhecimento, os quais espelham a presença predominante de autores internacionais, com pouca utilização da produção nacional, em artigos científicos da área. Com isto, reforça-se, após tanto tempo de oferta do curso de administração no Brasil, a existência por parte dos pesquisadores nacionais da replicação dos modelos criados no exterior, sem que haja a preocupação com a geração de um conhecimento voltado às especificidades da realidade nacional, em muito distinta daquela presente nos países desenvolvidos.

Na seqüência do trabalho, são trazidas algumas breves considerações relativas às opções curriculares nos cursos de administração, no Brasil.

3 A CONSTRUÇÃO DOS CURRÍCULOS DE ADMINISTRAÇÃO: A OPÇÃO BRASILEIRA

Antes de se adentrar a discussão proposta, acredita-se ser importante introduzir uma breve descrição e análise relativa à evolução dos estudos referentes à própria concepção curricular no geral. Tomando-se por base conceitos trazidos em Silva (2005), identifica-se a existência de três correntes teóricas formuladoras de currículos, a saber; as teorias tradicionais, as teorias críticas e os chamados estudos multiculturalistas.

A primeira corrente de pensamento, segundo esta autor, ainda hegemônica na área da educação por grande parte do século XX, tem como sua principal alicerce conceitual a concepção, tão cara aos teóricos da Administração Científica e outras escolas mais tradicionais neste campo do conhecimento, de que a formulação curricular deve se basear, fundamentalmente, no conceito da eficiência organizacional. Nesta perspectiva, os currículos são vistos pelos estudiosos mais conservadores, a exemplo dos trabalhos seminais da área elaborados por Bobbitt e Tyler, no início do século XX, sob os focos econômico-financeiros de busca da eficiência e da geração dos maiores resultados possíveis; identifica-se assim sua sensível aproximação em relação aos conceitos *tayloristas* de linha de montagem. De acordo com esta corrente de pensamento, o currículo nada mais é do que a organização de conteúdos, que são encadeados de acordo com uma ordem determinada, sendo ainda submetidos a padrões previamente definidos. O desenho curricular deve também ter como seu principal objetivo atender de forma eficiente às necessidades geradas no mercado de trabalho, representado pelas organizações de diferentes naturezas.

A mecanicidade presente nesta corrente mais tradicional dos estudos relativos aos currículos é duramente criticada pela corrente conceitual denominada de teorias críticas. Seus principais teóricos – Bourdieu e Althusser - segundo Silva (2005), não trazem a preocupação em relação à estruturação burocrática e formal dos currículos; preocupam-se sim, em entender os interesses espelhados por ele, ou seja, a luta de poder implícita em determinada opção curricular. Desta forma, entendem que um currículo se associa a uma opção de poder que

inclui e representa interesses de alguns, excluindo outros. Neste sentido, os aspectos sociais e culturais possuem um caráter sensivelmente importante na discussão relativa aos aspectos econômicos, sendo estas discussões centradas no conceito de lutas de classe.

No que se refere às discussões travadas pela última corrente no campo dos estudos curriculares - a multiculturalista - de acordo com Canen (2002), tem-se a incorporação à discussão originalmente trazida pelos teóricos críticos, de uma nova dimensão representada pelo olhar das diferentes minorias. Esta incorporação é vista como fundamental, na medida em que permite que as concepções e interesses destes distintos grupos sejam finalmente considerados quando ocorre o processo de geração de conhecimento.

Não se pode esquecer que a corrente multiculturalista, por questões temporais, convive com dois processos antagônicos e conflitantes; o processo de consolidação do projeto neoliberal em nível mundial ao mesmo tempo em que se fortalece a percepção no interior de determinados segmentos da sociedade civil, da necessidade de que no processo de produção do conhecimento sejam representados grupos, até então, alijados do mesmo. Assim, de acordo com esta última autora, esta tensão tão conhecida da sociedade contemporânea leva à necessidade de rediscussão dos currículos, à luz dos olhares e percepções dos excluídos, já que cultura e poder não podem se separar, sendo faces da mesma moeda. Autores, a exemplo Silva (2005), consideram que esta corrente apresenta certa continuidade em relação à corrente crítica, diferenciando-se desta a partir da incorporação da concepção de que a desigualdade existente entre os processos educacionais não é decorrente, exclusivamente, das questões referentes à luta de classes, se dando sim, em função da existência de outras dinâmicas de exclusão, até mesmo mais nocivas do que as existentes na luta de classes.

Ao trazer-se a discussão teórica sobre formulação de currículo para o âmbito da discussão da concepção curricular nos cursos de administração brasileiros, parece importante a retomada da perspectiva de Nicolini (2003) autor que considera tais estruturas curriculares como muito semelhantes a uma linha de montagem tradicional. Esta afirmação se comprova, pois segundo ele, o currículo é concebido e operacionalizado sob uma ótica fabril e estruturada a partir da ideologia *taylorista* tradicional. Assim, têm-se as IES comparadas às fábricas; que recebem os ingressos, que são vistos como sua matéria-prima e produz enquanto produtos finais, os egressos dos cursos.

A adoção desta postura conservadora por parte das IES nacionais faz, de acordo com Santos (2004), com que estas instituições formem um profissional dotado unicamente de racionalidade instrumental e avesso ao desenvolvimento de um pensamento científico ou filosófico. Complementando esta concepção, Ribeiro (2006) afirma que este profissional, quando se insere no mercado de trabalho, finda por atuar nas organizações simplesmente como mais um dos instrumentos de execução dos seus fins, não participando da discussão dos objetivos, a não ser, no máximo, em nível de assessoria. Percebe-se assim, a predominância das concepções das teorias tradicionais da formulação de currículos, representadas, no âmbito deste trabalho, pelo pensamento de Bobbitt e Tyler, apud Silva (2005).

Com base nesta perspectiva tradicional e conservadora, a formulação do currículo de Administração ocorre através da introdução de disciplinas seqüenciais, encadeadas e controladas pelo sistema de pré e co-requisitos. Nicolini (2003) afirma ainda que neste sentido, os currículos são elaborados, inicialmente com a introdução de conteúdos de caráter genérico, na área de conhecimento da Administração e demais ciências afins, visto como fundamentais, conforme afirma Aktouf (2005), para a formação do administrador.

Na seqüência, são oferecidas disciplinas sob a perspectiva funcionalista existente, contemplando as áreas de conhecimento específico do administrador, definidas de acordo com o explicitado como domínio de atuação profissional exclusivo do administrador, conforme a Lei 4769, de 09 de Setembro de 1965, que regulamenta a profissão de bacharel em Administração. Com isto, identifica-se ainda a existência de uma perspectiva corporativista em relação aos órgãos de classe (Conselho Federal e Regional de Administração), no que se refere à formulação curricular. Finalmente, a última ligação com o mercado de trabalho é garantida, pela realização do estágio supervisionado.

Comprova-se desta forma, a concepção de formulação de currículo associada à linha de montagem e ao pensamento cartesiano, sendo pouco presentes as concepções mais avançadas representadas pelas escolas crítica e multiculturalista, as quais, como exposto, permitiriam a formação de um profissional dotado de características mais reflexivas e sintonizadas com a sua realidade, como apontado pelo pensamento dos teóricos que defendem o ensino de administração dotado de uma perspectiva que extrapole a sua simples instrumentalidade, apresentado na seção anterior.

Feitas tais considerações de caráter teórico sobre a complexa questão da concepção curricular, no intuito de se retomar a discussão proposta no presente trabalho, considera-se oportuno resgatar os marcos legais que implantaram alterações no currículo do ensino de graduação em Administração no Brasil, pois afinal, “natureza e estrutura do conhecimento são pontos de referência principais para o “recorte” de conhecimento adequado ou pertinente quando se constroem currículos ou se desenham programas” (FISCHER, 2003, p.3). Assim optou-se por trazer um breve resumo das modificações legais mais relevantes no que se refere ao ensino superior de administração, sendo este resultado exposto no quadro a seguir.

Resolução s/n de 1966 1º Currículo Mínimo	Resolução 02/93 2º Currículo Mínimo	Resolução 01/2004 e Resolução 04/2005 - Diretrizes Curriculares
Currículo/Disciplinas Cultura Geral 02 Ciências Sociais 03 Ciências Jurídicas Cultural/Operacional 02 Ciências Econômicas Instrumental 03 Ciências Contábeis Instrumental/Profissional 04 Ciências Administrativas Processamento/Controle de Dados	Formação Básica e Instrumental (720 h/a) 03 Ciências Sociais 01 Ciências Jurídicas 01 Ciências Econômicas 03 Ciências Contábeis Informática Formação Profissional (1.020 h/a) 08 Ciências Administrativas Disciplinas Eletivas e Complementares (960 h/a) Educação Física	Projeto Pedagógico (competências e habilidades) Conteúdos Curriculares <ul style="list-style-type: none"> ○ Formação Básica; ○ Formação Profissional; ○ Métodos Quantitativos e suas Tecnologias ○ Formação Complementar

Quadro 1: Mudanças na Composição Curricular do Curso de Graduação em Administração

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Silva (2007).

Este é um breve panorama evolutivo que orienta a formulação e implementação de currículos de Administração, no país. Percebe-se que a “herança paradigmática clássica e estrutural funcionalista” (FISCHER, 2003, p.11) não necessariamente precisaria continuar sendo transmitida nos cursos de Administração, visto a ampliação do poder conferido às IES na concepção das suas estruturas curriculares. Infelizmente, o que se vê na prática é um comodismo das IES, que preferem replicar modelos consagrados e vistos como de sucesso, buscando uma padronização curricular cada vez maior, procurando não somente se legitimar socialmente, como também minimizar os riscos econômico-financeiros inerentes à inovação.

A possibilidade real de flexibilização pode ser verificada, a partir da constatação de que, até 1993, a legislação indicava simplesmente o mínimo que o currículo deveria oferecer contemplando não somente as áreas funcionais, como também os aspectos relativos à formação geral do administrador, não limitando de forma alguma o máximo a oferta, que ficava a cargo das IES. A partir das diretrizes curriculares de 2004 e 2005, o citado processo de flexibilização se amplia mais ainda, uma vez que não só são extintos os currículos mínimos, como passam a se considerar na formulação de currículos no geral, e da administração no particular, os conceitos de habilidades e competências e a divisão por “blocos” de conteúdos. Na análise das habilidades e competências trazidas pelas diretrizes curriculares de administração o desenvolvimento de espírito crítico e reflexividade são referências, quase tão presentes quanto à necessidade da existência do foco no ferramental. Na prática, como constata trabalhos sobre análise de currículos de administração tais como Nicolini (2003) e Craide *et alli* (2009), não vem sendo esta a realidade dos cursos de administração nacionais.

Estas opções bastante voltadas à lógica do mercado e da busca da eficiência levam a implementação de currículos voltados à formação de bacharéis aptos a atuarem de maneira ferramental e acrítica, em lugar de administradores que, conscientes de seu papel político, sejam capazes de transformar sua realidade social. Tal escolha caracteriza-se muito mais como um comodismo e conveniência das IES do que propriamente como uma imposição legal, tendo em vista a flexibilização ocorrida na análise temporal da legislação.

Constatações desta natureza contribuem para a pertinência do alerta de Fischer (2003), quanto à repetição das ondas colonizadoras e da pouca preocupação com a adoção do pensamento mais reflexivo sobre o ensino de administração, reforçando o comportamento negligente e autoprotetor das escolas de administração no estímulo às discussões que possam ameaçar o *status quo* vigente no modelo capitalista voltado a atender hegemonicamente os interesses do capital e das organizações, em detrimento dos demais interessados no processo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que esta discussão ainda se encontra em estágio embrionário no seio da comunidade científica voltada à análise do ensino de administração; desta forma, tendo em vista a sua importância, considera-se fundamental que estas questões sejam aprofundadas e mais bem exploradas pela comunidade acadêmica. Por conta disto, mais do que com uma finalização, este estudo pretende trazer à guisa de contribuição final algumas provocações sobre a questão da formulação de currículos nos cursos de administração no Brasil.

Neste sentido, as autoras do trabalho consideram importante retomar e ampliar o sinalizado por Tragtenberg (1980), ao afirmar que no processo de transformação do ensino brasileiro de administração, os professores da área devem ser vistos como um de seus atores fundamentais, embora não sejam os únicos. Justifica-se esta concepção a partir da compreensão de que os professores, no exercício do seu papel, podem ser capazes de quebrar paradigmas consolidados e pouco vinculados à realidade nacional. Para tanto, devem deixar de atuar como reprodutores de conceitos consagrados, passando a se comportar como críticos do processo em curso, estimulando o surgimento de discussões de caráter mais amplo, do que aquelas que se limitam simplesmente às fronteiras impostas pelo tecnicismo, tão caro ao dia-a-dia da administração e das organizações em geral.

A atuação transformadora destes atores em muito pode contribuir para a quebra do ciclo de reprodução de modelos de currículos de administração citado ao longo do trabalho, e tantas vezes justificado, pela alegada necessidade de adequação ao cumprimento de parâmetros legais questão esta, não tão procedente quanto o discurso hegemônico quer fazer crer. O papel da comunidade de pesquisa nacional, que em sua grande maioria, também atua nas salas de aula dos cursos de graduação em administração de todo o país, é fundamental neste processo de transformação. Esta comunidade pode repensar os caminhos teóricos que vem percorrendo, assumindo seu papel transformador no ensino da área, direcionando-o a uma concepção mais crítica e, menos ferramental e voltado simplesmente à reprodução do *status quo* vigente e aos interesses do capital, alijando das discussões os interesses de outros grupos igualmente importantes.

Deve-se ainda ressaltar a crença das autoras deste trabalho de que as inquietações, apresentadas inicialmente em Oliveira e Ferreira (2006) podem ser ampliadas a fim de dar continuidade ao processo de discussão ora proposto e que ainda se encontra bastante incipiente e, portanto longe de apresentar conclusões finais.

Neste sentido são apresentadas duas provocações que podem ser exploradas em outros trabalhos alinhados com a perspectiva aqui defendida e, a seguir resumidas: O que a comunidade acadêmica pode fazer para viabilizar a quebra do ciclo de reprodução de conteúdos e a pouca criticidade encontrada no ensino de administração no Brasil? Como deve ser a atuação desta comunidade a fim de facilitar e contribuir neste processo de transformação?

Considera-se ainda que a busca por respostas a estas perguntas de aparente simplicidade, não se constitui em um caminho fácil de percorrer, ficando desta forma como um desafio à comunidade de pesquisa da área de ensino de administração no Brasil. Visando atingir tal objetivo, entende-se que tais respostas podem ser em muito enriquecidas a partir da análise de casos concretos de currículos em Administração, fato esse que permitiria a introdução do campo empírico na discussão proposta, e que se entende, foge ao propósito desse ensaio.

REFERÊNCIAS

- AKTOUF, Omar. **Ensino de Administração: por uma pedagogia para a mudança**. Revista Organizações e Sociedades. Salvador. Volume 12. N. 35. 2005, p.152-159.
- BERTERO, Carlos Osmar. **Ensino e pesquisa em administração**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1986.
- BRASIL. Lei 4769 de 09 de Setembro de 1965. **Dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador e dá outras providências**.
- CALDAS, Miguel; TONELLI, Maria; LACOMBE, Beatriz. **Espelho, espelho meu: Meta-estudo da Produção científica em Recursos Humanos nos ANPADs da década de 90**. Anais do XXVI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ENANPAD – Salvador, setembro de 2002.

CAMARGOS, Marcos Antônio de; COUTINHO, Eduardo Senra; AMARAL, Hudson Fernandes. **O perfil da área de finanças do ANPAD: um levantamento da produção científica e de suas tendências entre 2000 – 2004.** Anais do XXIX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ENANPAD – Brasília, setembro de 2005.

CRAIDE, Aline; SACRAMENTO, Ana Rita; RIBEIRO, Denise de A. e SILVA, Lindomar. **Administração Política versus Administração Profissional: analisando o campo de conhecimento do ensino superior de Administração.** Revista Brasileira de Administração Política. Vol. 2, número 1. EAUFBA. 2009.

CALDAS, Miguel e TINOCO, Tatiana. **Pesquisa em Gestão em Recursos Humanos nos Anos 1990: Um Estudo Bibliométrico.** São Paulo, RAE Documento, v. 44, n.3, Jul/Set. 2004, p.100-114.

CANEN, Ana. Sentidos e dilemas do multiculturalismo: desafios curriculares para o novo milênio. In LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (orgs.). **Currículo: debates contemporâneos.** São Paulo. Cortez. 2002

FACHIN, Roberto Costa. **Transferência de tecnologia administrativa, o ensino de graduação em administração e o papel da pós-graduação.** Anais do XIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ENANPAD – Belo Horizonte, 1989.

FISCHER, Tânia. **O Ensino de Administração Pública no Brasil, os idéias de desenvolvimento e as dimensões da racionalidade.** Tese (doutorado em Administração) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984, 322p.

_____. *et alli.* **Estudos organizacionais e estudos curriculares: trajetórias simétricas e convergências inevitáveis.** In Encontro Nacional de Estudos Organizacionais – ENEO, Rio Grande do Sul, 2006.

_____. **Depoimento sobre as Trajetórias da Qualificação para a Administração Pública no Brasil e Itinerários Baianos.** In Gestão Pública: a trajetória da função administração no Estado da Bahia. Cadernos da Fundação Luiz Eduardo Magalhães, nº 06. Salvador. 2003.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A nova ciência das organizações: uma nova reconceitualização da riqueza nas nações.** Rio de Janeiro: FGV, 1981.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Modelos de homem e teoria administrativa.** RAP, número 02. 1984.

KLINSBERG, Bernardo. **A gerência na década de 90.** Rio de Janeiro, Revista de Administração Pública, nº 22, Edição Clássicos da RAP, jan-mar de 1988, p. 59-85.

LOIOLA, Elizabeth e BASTOS, Antônio V. Bittencourt. **A produção acadêmica sobre Aprendizagem Organizacional no Brasil.** RAC, v. 7, n. 3, Jul./Set. 2003, p.181-201.

MARTINS, Paulo Emílio Matos. **Repensando a Formação do Administrador Brasileiro.** *Archetypon*, 5, 1997, p. 11-30.

NICOLINI, Alexandre. **Qual será o futuro das fábricas de administradores?** São Paulo, Revista de Administração de Empresas, RAE, v.43, n.2, p.44-54, 2003.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha e FERREIRA, Carolina da Silva. **Voltando para Casa: (Re)encontrando Guerreiro Ramos, Tragtenberg e Prestes Motta.** In: IV EnEO, Porto Alegre, 2006.

PAES de PAULA, Ana Paula. **Tragtenberg revisitado: As inexoráveis harmonias administrativas.** Anais do XXIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ENANPAD – Florianópolis. 2000.

_____, Ana Paula. **Guerreiro Ramos: resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações.** Salvador, Organização & Sociedade, v.14 - n.40 - jan/mar, 2007, p. 169-88.

_____, Ana Paula. **Maurício Tragtenberg: contribuições de um marxista anarquizante para os estudos organizacionais Críticos**. RAP — Rio de Janeiro, 42(5), set./out. 2008, p. 949-68.

PRESTES MOTTA, Fernando. **A questão da formação do Administrador**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 23 n. 4, out./dez. 1983, p. 53-55.

_____, Fernando. **Teoria das Organizações: Evolução e Crítica**. São Paulo, Pioneira, 1986.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política e Administração**. **Revista Organização e Sociedade**. v.13 n.37/38. jul-set, 2006.

RIBEIRO, Denise de A. **Estruturas Organizacionais: Um Possível Delineamento da Produção Científica Nacional sobre o Tema, no Período 1998-2008**. Anais do XXXIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ENANPAD – São Paulo, 2009.

SAMPAIO, Cláudio Hoffmann; PERIN, Marcelo Gattermann. **Pesquisa científica da área de marketing: uma revisão histórica**. Revista de Administração Contemporânea, v.10, n.2, abr.-jun. 2006: p.179-202.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Em busca da apreensão de um conceito para Administração Política**. In: SANTOS, Reginaldo Souza (org.). **A Administração Política como Campo do Conhecimento**. São Paulo: Mandacaru, 2004.

_____, Reginaldo Souza; RIBEIRO, Elizabeth Matos. **A administração política brasileira**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, n. 4, jul./ago. 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade – uma introdução às teorias do currículo**. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005.

SILVA, Lindomar Pinto da e FADUL, Élvia. **A produção científica na área de cultura organizacional dentro de organizações públicas no período de 1997 a 2007: um convite à reflexão**. Anais do III Encontro de Administração Pública e Governança – EnAPG – Salvador, 2008.

SILVA, Manuela Ramos da. **Ensino de Administração: um estudo da trajetória curricular de cursos de graduação em Salvador**. Dissertação de Mestrado. Escola de Administração da UFBA. Salvador. 2007.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e ideologia**. São Paulo. Ática, 1974.

_____, Maurício. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo. Moraes, 1980.

VIEIRA, Marcelo M.F. e CALDAS, Miguel P. **Teoria Crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista**. In: CALDAS, Miguel P. e BERTERO, Carlos O. **TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES**, Série RAE - Clássicos. São Paulo. Atlas. 2007.